



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 257, DE 2016. (do Poder Executivo)

Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.

EMENDA DE PLENÁRIO

A Lei Complementar nº 101, de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 47-A:

“Art. 47-A. Os entes federados aplicarão no mínimo 10% (dez por cento) da receita corrente líquida em investimentos e inversões financeiras para investimentos.

§ 1º Para a apuração do limite mínimo de que trata o caput deste artigo, serão excluídas as despesas de investimentos e inversões financeiras para investimentos custeadas com receitas de capital.

§ 2º Caso não seja cumprido, em determinado exercício, o limite mínimo previsto no caput deste artigo, deverá ser gerado o superávit financeiro em receita corrente no montante correspondente à diferença, que será aplicado em investimentos e inversões financeiras para investimentos nos exercícios subsequentes ao da apuração, sem prejuízo dos limites mínimos dos exercícios de referência.

§ 3º Até que seja alcançado o percentual de que trata o caput, o crescimento das despesas correntes, excluídas

as transferências constitucionais, ficará limitado a 80% do crescimento da receita corrente líquida, salvo se satisfeita a condição de que trata o § 2º deste artigo”.

JUSTIFICAÇÃO

A inserção dessa regra na Lei Complementar nº 101, de 2000, tem por objetivo assegurar aplicação mínima de receita corrente em investimentos e inversões financeiras para investimentos. Caso não utilizada em um exercício, formar-se uma reserva que pode ser aplicada em exercícios subsequentes.

Sugere-se sua inclusão como art. 47-A para inseri-lo no Capítulo VIII da LC 101/2000, que trata da Gestão Patrimonial.

A inclusão do art. 47-A na LC 101/2000, nos termos propostos, viabiliza a exclusão do inciso VI e do parágrafo único do art. 4º do PLP 257/2016.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2016.

Deputado Luiz Carlos Hauly
PSDB-PR